

## "Que coisa he vírgula?": a mudança nas funções da vírgula em doutrinas gramaticais do século XVII ao XIX

"Que coisa he vírgula?": changes in the comma functional usage in grammar rules from the 17<sup>th</sup> to the 19<sup>th</sup> centuries

DOI: <https://doi.org/10.24206/lh.v6i1.31955>

*Aline de Azevedo Rodrigues*

Licenciada em Letras – Português/Inglês pela Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" – Campus São José do Rio Preto. Atualmente, é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UNESP/IBILCE sob orientação da Profa. Dra. Sanderléia Roberta Longhin, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) – Processo: 2018/01503-0. Foi Investigadora Visitante do Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS) da Universidade de Évora, também com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) – Processo: 2019/02194-3.

E-mail: [alinerodrigues@hotmail.com](mailto:alinerodrigues@hotmail.com)

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-7312-0992>

*Maria Filomena Gonçalves*

Professora Associada com Agregação da Universidade de Évora e membro do Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS/UÉ) e da Cátedra UNESCO em *Intangible Heritage and Traditional Know-How: Linking Heritage*.

E-mail: [mfg@uevora.pt](mailto:mfg@uevora.pt)

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8262-6514>

## RESUMO

O objetivo deste artigo é investigar aspectos do desenvolvimento histórico do sistema de pontuação e de escrita. Para tanto, focalizamos as diferentes funções da vírgula observadas em prescrições gramaticais de língua portuguesa publicadas entre os séculos XVII e XIX, o que aqui interpretamos como efeito de diferentes concepções de linguagem, de pontuação e de relação entre fala e escrita. Ao longo do trabalho, defendemos a hipótese de que a complexidade parece ser uma propriedade constitutiva do sistema de pontuação, em razão de sua história heterogênea. Com base nos resultados, encontramos uma mudança funcional ao longo dos séculos que sugere uma coexistência de várias funções, fato que corrobora a teoria que considera os sinais de pontuação como evidências da natureza multidimensional da linguagem.

**Palavras-chave:** Escrita. Pontuação. Língua Portuguesa. Vírgula. Mudança linguística.

## ABSTRACT

The purpose of this paper is to investigate aspects of the historical development of punctuation and writing systems. For this, we focus on different comma functions observed in Portuguese grammar prescriptions published from the 17<sup>th</sup> to the 19<sup>th</sup> centuries, which we interpret as an effect of different conceptions of language, of punctuation and of relation among speech and writing. Our assumption is that the complex functioning of punctuation seems to be a constitutive feature of the system because of its heterogeneous history. Based on the results, we found a functioning change over the centuries, suggesting a coexistence of several functions, fact that corroborates a theory that considers punctuation marks as evidences of the multidimensional nature of language.

**Keywords:** Writing. Punctuation. Portuguese. Comma. Language Change.

## Introdução

Em sua *Grammatica Portugueza Elementar*, antes de elencar normas de uso da pontuação, Epifânio Dias (1894, p. 146) declara: “Com respeito ao uso d’estes sinaes não é fácil dar regras precisas. Entretanto notem-se as seguintes”. Parece, pois, denunciar o autor a dificuldade que sente em normatizar o emprego dos sinais de pontuação. Admitindo, com Dias (1894), que a questão pontuacional é complexa, este artigo tem como objetivo principal mostrar aspectos que testemunham o processo gradual e heterogêneo de constituição do sistema pontuacional, com vistas a contribuir para uma melhor compreensão dessa complexidade, que, como procuraremos mostrar ao longo do trabalho, parece ser uma propriedade constitutiva da pontuação.

Entre tais aspectos, escolhemos para descrição a mudança no discurso metalinguístico sobre a(s) função(ões) da vírgula em gramáticas e tratados de ortografia de língua portuguesa publicados entre os séculos XVII e XIX, por entendermos que: i) estudar o passado é uma forma de esclarecer fatos do presente (FARACO, 2006, p. 118); ii) a vírgula é o sinal de pontuação mais complexo (DAHLET, 2006, p. 143); e iii) as fontes metalinguísticas representam um modo de conceber a língua de um determinado período histórico.

Desse modo, a investigação é norteada pela questão central: que funções da vírgula estariam em competição nas obras metalinguísticas codificadoras publicadas entre o final do Português Clássico e o início do Português Moderno e teriam sido decisivas para a atual configuração multidimensional da pontuação?

Para responder à questão, lançamos mão de uma análise qualitativa, isto é, baseada na sistematização e interpretação das doutrinas gramaticais representativas de cada século, nas quais buscamos, para cada obra, pistas que indiquem i) o modo de conceber a relação fala/escrita; ii) o modo de conceber a *pontuação*; e iii) o modo de conceber o funcionamento da vírgula. Na sequência, por meio de um cotejo longitudinal entre os resultados obtidos, traçamos um panorama geral da mudança observada, que nos serviu como respaldo para fazer interpretações acerca de questões cruciais para a compreensão da história do sistema de pontuação do português, de modo a corroborar o que nós entendemos como complexidade constitutiva da pontuação e, mais especificamente, como constitutiva do funcionamento da vírgula.

Para a realização de um trabalho como este que propomos aqui, faz-se necessário, certamente, um estabelecimento prévio de critérios para a seleção do material que compõe o *corpus* a ser analisado, haja vista ser inviável analisar todas as obras metalinguísticas do português, principalmente se considerarmos a intensa publicação de gramáticas durante o século XIX, quando a prática impressória

se estende ao Brasil e quando, a partir da década de 1870, dissemina-se uma nova corrente epistemológica preocupada em estudar a língua como objeto científico, em reação aos estudos racionalistas preconizados na tradição gramatical anterior.

Neste artigo, privilegamos gramáticas e tratados de ortografia da língua portuguesa que têm sido considerados pela historiografia como fontes representativas das ideias linguísticas vigentes no Português Clássico e no início do Português Moderno (FÁVERO, 1996; GONÇALVES, 2003; MOURA, 2012; BORGES NETO, 2018).<sup>1</sup> Além disso, restringimo-nos a obras disponibilizadas *online* pelo site na Biblioteca Nacional de Lisboa (<http://purl.pt>) e/ou pelo site da Biblioteca Brasileira, da USP (<https://digital.bbm.usp.br>), com exceção da ortografia de Souto-Maior (1783), com a qual tivemos contato por meio de uma cópia impressa. Outro critério foi analisar apenas obras que dedicassem alguma de suas partes exclusivamente para questões de pontuação, inclusive com apresentação de regras de uso de vírgula, para que se tornasse viável a nossa análise da mudança nas funções do sinal ao longo dos séculos, conforme a nossa proposta.<sup>2</sup> No Quadro 1, abaixo, expomos a referência das obras representativas de cada século que analisamos neste trabalho:

Quadro 1 – Gramáticas e tratados de ortografia.

Século	Obra						
<b>XVII</b>	Vera (1631)	Pereira (1666)	Barreto (1671)				
<b>XVIII</b>	Argote (1725)	Feijó (1734)	Carmelo (1767)	Souto-Maior (1783)			
<b>XIX</b>	Dias de Sousa (1804)	Barbosa (1822)	Coruja (1848)	Pestana (1849)	Rabelo (1872)	Ribeiro (1881)	Dias (1894)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Cabe salientar que, no século XVII, que constitui o primeiro período de análise deste trabalho, não se publica nenhuma gramática portuguesa, sendo que as obras seiscentistas consideradas são todas *compêndios de ortografia* – que, na época, tinham objetivos e conteúdos semelhantes aos das gramáticas, pois

<sup>1</sup> As obras dos séculos XVII e XVIII foram publicadas em Portugal; as do XIX se dividem entre impressões brasileiras e portuguesas, devido ao fato de que a tipografia chegou ao Brasil apenas com a vinda da família real, em 1808. As gramáticas de Coruja (1848), Rabelo (1871) e Ribeiro (1881) foram publicadas no Brasil e a de Pestana (1849) foi publicada na imprensa de Goa, colônia portuguesa até 1961.

<sup>2</sup> Cabe salientar que a produção metalinguística do século XVI, bem como outras obras relevantes dos demais séculos, como a de Lobato (1770), não são contempladas neste trabalho porque as análises aqui apresentadas resultam de uma pesquisa maior, desenvolvida em nível de mestrado, que objetiva descrever e analisar as diferentes funções da vírgula especificamente em contexto de orações relativas, contexto sintático que não é mencionado nem nas regras de uso de vírgula do século XVI nem na obra de Lobato.

[...] a ortografia emerge das gramáticas como uma das suas partes, na continuidade da tradição clássica. Isto permite-nos compreender por que as gramáticas e as ortografias destas épocas misturavam os seus objectos, justificando-se também que os ortógrafos fossem simultaneamente gramáticos e vice-versa. (GONÇALVES, 1992, p. 40)

Assim, as gramáticas e os tratados de ortografia revelam-se gêneros metalinguísticos comparáveis não somente por tratarem de objetos comuns, mas também por serem ambos instrumentos de codificação, cujo propósito reside na fixação de uma norma padrão escrita a ser seguida.

O presente trabalho encontra-se dividido em três seções: na primeira, exploramos aspectos teóricos sobre a história da pontuação, a fim de corroborar sua complexidade a partir do ponto de vista diacrônico; na segunda, tratamos da natureza multidimensional da pontuação, atestada em trabalhos que investigaram os sinais a partir de uma perspectiva sincrônica; na terceira, por fim, analisamos longitudinalmente as doutrinas gramaticais e apontamos fatos de mudança importantes para a compreensão da história do sistema pontuacional do português, atentando-se à mudança funcional da vírgula.

## 1. A complexidade da pontuação sob o ponto de vista diacrônico

De acordo com Rocha (1997), o desenvolvimento dos sistemas de pontuação teve sua gênese na Antiguidade Clássica. Para compreender melhor sua origem, é necessário explorar o fato de que os primeiros sinais de pontuação surgiram em um contexto em que havia diferentes concepções de escrita e de leitura em relação às que predominam hoje em nossa sociedade. Considerando que a maioria dos povos antigos não tinha acesso à escrita, haja vista que a habilidade de ler e escrever era um avanço civilizacional muito restrito, a prática de leitura mais difundida era a oral. Havia, assim, um orador responsável por ler publicamente em voz alta as notícias, os textos religiosos e literários, as leis, entre outros, copiados pela figura do escriba. Na Antiguidade Clássica, valorizava-se, então, a habilidade de fazer discursos orais, inclusive na tradição escolar, na qual havia o ensino da oratória e da retórica. Como exemplo dessa valorização na Roma Antiga, podemos citar Cícero, uma figura política muito conhecida por ter o dom da eloquência em seus discursos. Ainda segundo Rocha (1997), partindo do pressuposto da superioridade da fala em relação à escrita, as civilizações antigas concebiam a escrita apenas como um mero registro da fala, sendo comum a crença de que “a voz humana é constituída de letras”, porque, afinal, o público, em vez de ler, apenas ouvia aquilo que estava escrito e sendo lido em voz alta pelo orador.

A princípio a escrita desses povos era contínua, isto é, sem espaços em branco entre as palavras. Cabia ao orador, portanto, durante a leitura oral, segmentar em palavras, combinando as indicações de

sentido com a necessidade de respiração (DESBORDES, 1995). Consequentemente, surgiram as primeiras dificuldades para a prática da leitura em voz alta. Segundo Parkes (1992, p. 10), existem registros históricos que comprovam essa problemática. Um deles refere-se à história de Servius, no século IV a. C., o qual exilou o gramático e orador Donatus por ter segmentado, durante uma leitura oralizada, um trecho da *Eneida* de uma maneira que alterou seu sentido original. Em vez de ler *colectam exilio pubem* (o povo unido para exílio), ele leu *colectam ex Ilio pubem* (o povo unido de Troia). Como se pode notar, a segmentação feita em *ex Ilio*, motivada pela pausa prosódica feita durante a leitura em voz alta, teve como resultado uma alteração de ordem semântica no enunciado (*de Troia* para *exílio*).

Nesse panorama, sentiu-se a necessidade de usar sinais de pontuação, os quais foram concebidos como “marcadores para respirar” durante a leitura em voz alta, sendo o ponto no meio da linha a primeira marca pontuacional registrada em textos romanos. Em razão disso, a função pioneira dos sinais de pontuação parece ser essencialmente prosódica, mas não só.

Naquela época, a pontuação não era posta durante a *composição* do texto – como fazemos atualmente. Pelo contrário, ela era atribuída somente após a *interpretação* do texto a fim de evitar ambiguidades (ROCHA, 1997). Dessa forma, os escribas pontuavam os manuscritos de acordo com sua compreensão e interpretação individual. Por isso, acreditamos que também havia uma função semântica dos sinais de pontuação, na medida em que eles deveriam ser colocados de modo a indicar o sentido pretendido do texto que seria lido em voz alta ao povo. Assim, a segmentação, marcada por esses sinais, devia-se à necessidade de respirar, mas, também, à indicação do sentido do texto para o público ouvinte. Gonçalves (2003, p. 117) bem explica esse duplo funcionamento ao afirmar que “[...] o sistema subordina-se, na sua gênese, a um critério definicional e de uso de tipo fisiológico (respiração) ou entoacional, secundado pelo critério sintático-semântico.”

A partir de então, há alusões ao uso esporádico de uma série de sinais (ponto, branco, travessão, hífen, traço de união) com a função de separar grupos de palavras. O sinal mais comum utilizado era o ponto, o qual acumulava diversas funções: marcar abreviatura, marcar a letra da qual se fala, separar sílabas, separar palavras e separar grupos de palavras ou frases (ROCHA, 1997). Em resumo, esse quadro caracterizava-se por não haver ainda uma correspondência sistemática entre a forma do sinal e a sua função. Por isso, dois escribas podiam copiar um mesmo texto e pontuar nos mesmos lugares, mas empregando diferentes sinais. O método mais adequado para identificar a forma e a função de um determinado sinal gráfico utilizado na Antiguidade, então, seria compará-lo com os outros sinais utilizados em um mesmo texto, produzido por um mesmo escriba, e não com o mesmo sinal gráfico isolado e utilizado em vários textos produzidos por diferentes escreventes (PARKES, 1992).

Apesar desse quadro heterogêneo dos sinais de pontuação na Antiguidade Clássica, existem registros de um sistema pontuacional bastante utilizado nos manuscritos gregos e romanos, o qual

inclusive mostrou-se reconhecido e difundido pela primeira gramática grega, a de Dionísio Trácio (séc. II a. C.). Trata-se do *Sistema distinctiones*, cuja autoria é atribuída a Aristófanes de Bizâncio. Também conhecido como *sistema dos três pontos*, funcionava da seguinte maneira: um ponto no *alto* da altura da linha indicava enunciado completo; um ponto em *baixo*, rente ao final da letra, indicava enunciado incompleto; e um ponto no *meio* da altura da linha correspondia à necessidade de respirar. Exemplificamos esse sistema pontuacional abaixo:

Livro VIII – Eneida (Virgílio)

Enéas radiante com o presente da deusa • e com tão grande honra •  
 não pode saciar os olhos • percorre com os olhos cada uma das peças •  
 admira-as e volta nas mãos • e nos braços •  
 o capacete que espalha terror • e vomita chamas • e  
 a espada que traz a morte • a armadura rígida de bronze cor de sangue  
 • e enorme • semelhante a uma nuvem azulada que se abre  
 com os raios de sol • e reenvia longe seu brilho •

**Fonte:** Adaptado de Parkes (1992, p. 163).

De acordo com Gonçalves (2003), a origem da pontuação moderna remonta a essa tradição greco-latina dos três pontos, mas a autora defende que o sistema foi se modificando e se adaptando às necessidades das línguas vulgares e, posteriormente, às necessidades da cultura dos impressos. Desse modo, tem-se um sistema pontuacional primitivo que vai servir de modelo para os posteriores.

Machado Filho (2004) analisou a pontuação utilizada em manuscritos medievais portugueses dos séculos XIII e XIV. O autor encontrou, nesse material, principalmente, o ponto seguido de maiúscula [M]; o ponto seguido de minúscula [.m]; a vírgula suspensiva [/], quer seguida de maiúscula, quer de minúscula, que seria usada para marcar uma pausa mais breve ou hesitação num texto; o *punctus elevatus* [!], diante de maiúscula ou minúscula, utilizado com a função de representar uma pausa média principal; o caldeirão medieval [¶], que indicaria início de parágrafo, de proposição ou de parte de texto, podendo anteceder da mesma forma maiúsculas e minúsculas. O mesmo autor, em um outro trabalho, afirma que o português da Idade Média não conhecia ainda o poder coercitivo das gramáticas, que nessa época se concentravam exclusivamente sobre o latim:

Enquanto, no período arcaico da língua, muitas das soluções gráficas, para indicação da pontuação, se baseavam ainda em antigos sistemas latinos, outras introduziam-se, para dar conta das necessidades da realidade linguística e das novas mentalidades humanas que se conformavam. (MACHADO FILHO, 2002, p. 355).

O surgimento da Imprensa, nos fins do século XV para o XVI, constitui um marco para a história dos sinais de pontuação e para a história da leitura e da escrita. A descoberta da composição e

da impressão com caracteres móveis deu início à padronização do texto escrito e à massificação da leitura visual e individual. O advento da Imprensa trouxe caracteres e marcas inequívocas de pontuação, fazendo aparecer uma série de funções até então relacionadas ao arbítrio dos escribas. Os impressores criaram novos sinais e atribuíram diferentes funções aos sinais antigos. Como os sinais eram cunhados em metal, assim como as letras, foi mais fácil para os impressores estabelecerem uma padronização. Nesse contexto, os gramáticos passaram a prescrever regras aos escritores e, conseqüentemente, aos tipógrafos. Porém, não havia, nessas obras, uma explicação detalhada dos usos dos sinais. *La maniere de bien traduire d'une langue em aultre*, de 1540, escrito por Estienne Dolet, foi o primeiro tratado destinado aos impressores e aos textos impressos. Segundo Dolet, o ponto final, ou colon, serviria para marcar o final de um período, a comma, ou dois pontos, continuaria a ser um ponto médio com função de marcar sentido incompleto e a vírgula serviria para separar as frases uma da outra. Além desses, o autor também inclui o ponto de interrogação, o ponto de exclamação e os parênteses. Ao final do século XVI, então, como afirma Yano (2018), o sistema de pontuação moderno estava recém-fixado, exceto o uso do ponto e vírgula e dos dois pontos. Por isso, a pontuação moderna está diretamente relacionada à arte impressória (GONÇALVES, 2007).

Nesta primeira seção, exploramos fatos cruciais sobre o surgimento e desenvolvimento do sistema de pontuação como um meio de mostrar o quanto a heterogeneidade é constitutiva do sistema, haja vista a narrativa descontínua e não linear sobre as formas e funções dos sinais que mudaram, que permaneceram e que coexistiram – o que só poderia ser compreendido se abordado sob um ponto de vista diacrônico.

## 2. A complexidade da pontuação sob o ponto de vista sincrônico

Nas últimas décadas, foram desenvolvidos estudos, em perspectiva linguística, que priorizaram a descrição do funcionamento dos sinais de pontuação, mais especificamente da vírgula (CAGLIARI, 1989; CHACON, 1998; DAHLET, 1995, 2006; PACHECO, 2003; SONCIN; TENANI, 2011, 2015), além de trabalhos voltados ao entendimento da notória flutuação existente nos modos de empregar esses sinais no português (CORRÊA, 1994; SONCIN, 2013, 2014; YANO, 2016, RODRIGUES, 2017). Tais pesquisas têm contribuído para evidenciar que a referida complexidade do sistema de pontuação reside, em viés sincrônico, em um funcionamento que perpassa as mais variadas dimensões da linguagem, de modo que “nenhum nível da linguagem pode requerer para si o fornecimento exclusivo de normas para o emprego da pontuação” (CHACON, 1998, p. 197).

De acordo com Chacon (1998), tal natureza da pontuação atribui aos sinais um funcionamento *multidimensional*, pois, ao registrarem o ritmo da escrita, delimitam no texto unidades linguísticas que



podem ser reconhecidas, simultaneamente, a partir das várias dimensões da linguagem (por exemplo, a sintática, a fônica, a semântica, a enunciativa). Nesse viés, todas as dimensões sempre atuam no ato de pontuar, conquanto possa existir uma relação de dominância entre elas. Para nós, esse funcionamento multidimensional parece ser relevante na interpretação das doutrinas gramaticais que investigamos neste trabalho, uma vez que as análises mostram que as divergências verificadas entre as gramáticas se dão, justamente, em razão do modo como os autores lidam com a multiplicidade de dimensões envolvidas no ato de pontuar.

Chacon (1998) afirma que a conjunção das diferentes dimensões nos trabalhos sobre pontuação tem sido de dois tipos: dupla face ou tripla face. Quando é de dupla face, geralmente reconhecem-se, conjuntamente, as funções fônica e semântica, como quando um gramático afirma que a função da pontuação é *pausa para respirar e para distinção dos sentidos*, respectivamente. Quando a conjunção é de tripla face, pode haver variações. Segundo Chacon, o gramático Bechara (1983), por exemplo, reconhece uma conjunção entre as dimensões fônica, gramatical e textual, enquanto Barbosa (1830)<sup>3</sup> reconhece a conjunção entre as dimensões fônica, sintática e enunciativa.

A dimensão *gramatical*, segundo o autor, está relacionada à divisão do sistema pontuacional em categorias, tais como pontuação de palavra, pontuação sintática e comunicativa e pontuação do texto. A dimensão *sintática*, por sua vez, diz respeito ao reconhecimento de que os sinais pontuacionais separam partes da oração ou orações umas das outras, isto é, está relacionada à identificação de unidades em termos estruturais e de suas relações sintáticas (coordenação ou subordinação, por exemplo). Já a dimensão *enunciativa* é reconhecida quando um gramático afirma, por exemplo, que os sinais de pontuação servem para “mostrar ao outro” o sentido do texto ou, ainda, quando se diz que a pontuação torna mais claros os pensamentos de quem escreve, evidenciando, dessa forma, que a construção do dizer é moldada em função de um leitor. Por último, a dimensão *textual*, ainda de acordo com Chacon (1998), aponta para a função da pontuação de articular as partes do texto, de modo a garantir a coesão entre essas partes.

Nas análises desenvolvidas neste trabalho, com base na teoria da multidimensionalidade que aqui expusemos, detalhamos as funções da pontuação, mais especificamente da vírgula, que interpretamos como subjacentes às doutrinas dos gramáticos dos séculos XVII, XVIII e XIX. Apesar das variações nas funções, filiamo-nos ao princípio de que todas as dimensões atuam no ato de pontuar, umas mais e outras menos, a depender do contexto. Por isso, fizemos a nossa análise com o intuito de detectar essa competição entre as múltiplas funções da vírgula.

---

<sup>3</sup> Esta referência trata da edição consultada por Chacon (1998). Para a análise deste trabalho, consultamos a primeira impressão da gramática de Barbosa, publicada em 1822.

### 3. Análise e discussão

Como obras representativas do século XVII, selecionamos:

- (i) *Orthographia ou modo para escrever certo na Lingua Portuguesa*, de Vera (1631);
- (ii) *Regras Geraes, Breves, e comprehensivas da melhor ortografia com que se podem evitar erros no escrever da língua Latina, e Portugueza*, de Pereira (1666);
- (iii) *Ortografia da Lingva Portvgveza*, de Barreto (1671).

No Quadro 2, abaixo, transcrevemos as definições a respeito da vírgula retiradas das três obras para delas extrairmos as pistas que nos permitiram identificar qual função da vírgula mostrou-se predominante na tradição gramatical vigente:

Quadro 2 – Considerações a respeito da vírgula nas obras do século XVII.

<b>Vera (1631)</b>	[a vírgula é utilizada para] a distinção do escrito, e respiração do que lee: por que nella descança para dizer mais. (p. 37)
<b>Pereira (1666)</b>	[a vírgula] usamos para distinguir o escrito, e respirar, quando lemos; porque nella descançamos para dizer mais. (p, 14)
<b>Barreto (1671)</b>	[...] a vírgula, ou coma se poem, para distincã, quando ainda nã está dito tanto, que baste para o sêtido, mäs descança, para dizer mays. (p. 216)

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Da leitura do Quadro 2, depreende-se que, nas gramáticas do século XVII, a vírgula assume um duplo papel: no modo de enunciação escrito, cabe ao sinal organizar visualmente as partes do texto (e isso fica mais evidente na regra de uso em que todos os três autores prescrevem vírgula no fim de cada oração) e, no modo de enunciação falado, cabe ao sinal indicar os lugares onde se devem fazer pausas durante a leitura em voz alta, ou seja, trata-se de uma pausa diretamente relacionada à necessidade fisiológica de respirar<sup>4</sup>.

É de se ressaltar que a dimensão semântica, apesar de não estar explicitada nas definições de Vera (1631) e de Pereira (1666), também organiza o uso da vírgula, na medida em que tanto a separação das orações quanto as pausas têm em comum o objetivo final de garantir a compreensão daquilo que é

<sup>4</sup> Vale destacar que a relação semântica não é por nós excluída, mas a noção de “distinção”, no século XVII, parece ser mais sintática e vinculada às pausas para respirar. A semântica está implícita, mas a maioria dos autores não fala de sentido em suas obras.

enunciado em voz alta. Por isso, não negamos que, no século XVII, a vírgula tenha também uma função semântica (até mesmo porque defendemos a natureza multidimensional do sinal). O que procuramos mostrar, todavia, é que nas doutrinas seiscentistas tal dimensão aparece predominantemente de forma indireta – com exceção de Barreto (1671), para quem a vírgula se usa quando o sentido está incompleto –, de modo contrário ao que encontraremos nas obras do século posterior.

Nas gramáticas latinas, que foram usadas como modelo conceitual pelas gramáticas das línguas vernáculas, o verbo *distinguire* era empregado com o sentido de separar, cabendo à vírgula a separação do texto escrito em partes. Segundo Rosa (1994, p. 35), a função sintática da pontuação pode ser definida como “modo de estruturar a informação – unindo elementos ou dispersando-os em diferentes unidades”, ou seja, *distinguindo* as partes do texto. Assim, interpretamos que a noção de *distinção* implica diretamente uma atribuição de função sintática à vírgula, que se revela dominante nas gramáticas do século XVII, uma vez que as palavras *distinção* e *distinguir* aparecem em primeiro lugar e, de acordo com Gonçalves (2003, p. 118), “A ordem de apresentação destes critérios ou a simples omissão de um deles determina a própria concepção de pontuação de um dado gramático”.

No entanto, para os três autores, apesar de a vírgula ser necessária para *distinguir* – separar – o texto em partes menores, essa separação parece ser justificada primeiramente pela necessidade fisiológica de respirar durante a leitura em voz alta, o que nos permite afirmar que a função da vírgula, nas ortografias do século XVII, é *essencialmente* prosódica (mas não só). Tal funcionamento atribuído a esse sinal de pontuação encontra respaldo no modo como esses gramáticos concebem a relação entre fala e escrita. Para Vera (1631, p. 2), por exemplo, “escrevo como pronuncio [...] o escrever, como se pronúcia, he com a pena imittar a lingua, estampar com letras aquillo, que declaramos com palavras”; para Pereira (1666, p. 30), “[...] devemos escrever, como pronunciamos, e pronunciar, como escrevemos;” e para Barreto (1671, p. 3), por sua vez, “[...] escrevo direytamente, ou escrevo como pronuncio: porque de outro módo ficará a escritura corrompendo a lingoagem.”

Como se pode perceber por meio das afirmações dos gramáticos, a tradição gramatical do século XVII caracteriza-se pelo predomínio de uma concepção de escrita como representação fiel da fala e, conseqüentemente, de uma crença na relação de identidade entre os planos gráfico e o sonoro. Como um reflexo desse tipo de abordagem, assim acreditamos, o funcionamento dos sinais de pontuação no texto assemelha-se ao das pausas e dos silêncios utilizados na fala. A respeito dessa função pausal, cremos poder afirmar que há, no pensamento dos gramáticos que viveram no século XVII, uma influência de práticas antigas relacionadas à leitura em voz alta, tendência comum no período arcaico, que guiava o uso dos sinais de pontuação nos textos medievais e que parece se manter no início do período clássico.

Feitas essas considerações, passemos a tratar da doutrina gramatical do século XVIII, a fim de dar continuidade à análise longitudinal que aqui propomos sobre as funções da vírgula. Para tanto, o material representativo do período compreende:

- (i) *Regras da Lingua Portugueza, espelho da lingua Latina, ou disposição para facilitar o ensino da lingua latina pelas regras da Portugueza*, de Argote (1725);
- (ii) *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a Lingua Portugueza*, de Feijó (1734);
- (iii) *Compendio de Orthografia, com suficientes catalogos, e novas regras, para que em todas as Provincias, e Dominios de Portugal, possam compreender facilmente a Orthografia, e Prosódia*, de Carmelo (1767);
- (iv) *Ortographia portugueza, ou regras para escrever certo, ordenadas para uso de quem se quizer applicar*, de Souto-Maior (1783).

As definições de *vírgula* e *pontuação* apresentadas por esses gramáticos demonstram haver, nesse período, um maior destaque para a função semântica do sinal, evidenciado pela recorrente menção à importância da vírgula para a construção do *sentido* do texto – o que, como já pontuamos, não foi tendência na doutrina do século anterior:

Quadro 3 – Considerações a respeito da vírgula nas obras do século XVIII.

<b>Argote (1725)</b>	Pontuação são huns risquinhos, ou pontos, com que se apartaõ entre si as palavras, e mostraõ que casta de sentido fazem. (p. 351)
<b>Feijó (1734)</b>	<i>Virgula</i> he uma breve risquinha, [...] da qual se uza na escrita, para distinção das orações, e descanso, ou pausa no ler, para não perturbar o sentido do que está escrito. (p, 124, grifo do autor)
<b>Carmelo (1767)</b>	Virgula significa varinha, [...] e serve para distinguir as partes da Oração, e clareza do sentido. (p. 452)
<b>Souto-Maior (1783)</b>	Usa-se da virgula nos referidos casos, para denotar a pausa, que devemos fazer no lugar, em que ella estiver, tomando a respiração; e para fazer mais claro o discurso, ou a oração. (p. 74)

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Como se vê, todos os excertos acima mobilizam a dimensão enunciativa para definir o que é *vírgula* – ou *pontuação* no caso de Argote.<sup>5</sup> Segundo os gramáticos, a vírgula se usa para a distinção do

<sup>5</sup> Incluímos a definição de pontuação feita por Argote (1725) por entendermos que o autor atribui essas funções a todos os sinais, inclusive à vírgula, objeto de discussão deste trabalho.

escrito, mas, no sentido contrário daquilo que diz a maioria dos autores seiscentistas, essa distinção agora é justificada pela necessidade de atribuir clareza ao sentido dos enunciados, isto é, a pontuação tem um funcionamento relacionado aos propósitos comunicativos do escrevente para com o seu leitor.

De acordo com essa visão, ao organizar o texto escrito, os sinais de pontuação são responsáveis por organizar, também, o sentido do texto, o que sugere uma concepção de leitura como decodificação, ou seja, como um processo no qual cabe ao leitor extrair o sentido unívoco do texto, garantido e controlado pelo uso correto do código escrito. Nesse caso, o texto passa a ser concebido como um produto resultante de aplicações de regras e normas, as quais garantem ao texto apenas um significado.

Desse modo, avaliamos que é no século XVIII que emerge a função de *legibilidade* dos sinais de pontuação, noção que é muito difundida inclusive na literatura linguística contemporânea. Para Rosa (1994, p. 71), por exemplo, "Os sinais de pontuação têm finalidade de explicitar as relações sintático-semânticas pretendidas pelo escritor [...], bem como de facilitar a interpretação dessas relações por aquele que lê." Das palavras da autora, infere-se que todo escritor, ao pontuar seu texto, facilita a leitura e a decodificação dos enunciados.

No entanto, para nós, esse conceito de legibilidade não é mais suficiente para descrever o papel da pontuação atualmente, pois dizer que os sinais facilitam a compreensão textual implica assumir que o texto, conseqüentemente, teria um sentido “unívoco, transparente e infalível, desde que se possua ‘um bom conhecimento prático’ do sistema de pontuação” (DAHLET, 1995, p. 339), desconsiderando, assim, os efeitos de sentido que um texto pode suscitar. Não descartamos, obviamente, a importância da significação para o ato de pontuar com a vírgula, até mesmo porque o entendimento de que os sinais de pontuação garantem a legibilidade de um texto tem como base o domínio da atuação da dimensão enunciativa da linguagem (CHACON, 1998), na medida em que cabe aos sinais guiar o leitor a fim de recuperar o sentido pretendido pelo escrevente.

O constatado reconhecimento da função enunciativa da vírgula no século XVIII pode ter sido influenciado, ainda que tardiamente, pela emergência de valores iluministas, fundamentados em princípios racionalistas, nos países europeus, quando as reflexões sobre a linguagem também mostraram-se influenciadas por esses ideais. Baseadas no raciocínio e nas operações do espírito, no século XVII francês, surgiram as chamadas gramáticas filosóficas, como a Gramática de Port-Royal (1660) e a Lógica (1662), cujo método de análise da língua ancorava-se na filosofia cartesiana e na crença de que língua é racional e lógica e, por isso, a gramática se caracterizaria por ser algo universal e comum a todas as línguas.

Nas gramáticas setecentistas portuguesas analisadas neste trabalho, é comum identificarmos uma possível crença na equivalência lógica entre as línguas, pois os autores argumentam que as regras do português e as do latim são, em sua maioria, equivalentes. O próprio título da obra de Argote (1725), por exemplo, deixa entrever esse posicionamento: *Regras da Língua Portuguesa, espelho da língua Latina*.

Assim, ao conceber a língua como um sistema lógico, fato que pode ser um reflexo da emergência dos estudos racionalistas franceses da Europa do século XVII, os autores desse período acreditam que, se a gramática está submetida às leis da lógica, ela precisa ser a mesma para todas as línguas e, tendo em vista essa busca por uma sistematização de leis universais, a questão pontuacional nessas obras deixa entrever uma função mais lógico-gramatical, ainda que pouco sistematizada. Isso significa que a associação anteriormente feita entre pausa na fala e vírgula na escrita já não parece ser mais suficiente para explicar o funcionamento da vírgula, uma vez que, agora, o que ganha importância é a análise semântica das unidades a serem delimitadas por esse sinal de pontuação.

Um outro fato a se levar em consideração diz respeito à concepção de linguagem subjacente às obras filosóficas francesas – como na Gramática de Port-Royal (1660), obra que, vale ressaltar, é tomada como uma referência na introdução de Argote (1725). Trata-se de uma noção de língua cuja função é representar o pensamento. Tanto a fala como a escrita, nessa perspectiva, são diferentes maneiras de expressar o pensamento, ou seja, ambas estão relacionadas ao raciocínio, e não dependem uma da outra. No entanto, alguns dos autores portugueses do século XVIII, como Feijó (1734), parecem ainda estar ancorados à concepção de escrita como representação da fala, fato que interpretamos como um indício de um período de transição em direção a uma tradição gramatical cada vez mais influenciada pela lógica.

Além disso, tendo em vista que nem Argote (1725), nem Carmelo (1767) consideram critérios prosódicos como definidores da *vírgula*, assumimos que o início do século XVIII revela um momento em que a dimensão fônica começa a perder seu lugar para a semântica e a enunciativa. Entretanto, por partirmos de uma visão teórica que considera a multidimensionalidade como característica constitutiva da pontuação, frisamos que não descartamos a atuação simultânea desses níveis de análise (e de outros mais) no ato de pontuar com a vírgula. Defendemos, pois, que, na tradição gramatical do século XVIII, há uma predominância das funções semântica e enunciativa sobre a prosódica, fato que se revelou inverso nas obras do século XVII.

Resta-nos, ainda, analisar as funções implicadas na doutrina gramatical do século XIX para cumprir com o objetivo deste trabalho. Para tanto, selecionamos:

- (i) *Grammatica portugueza*, de Dias de Sousa (1804);
- (ii) *Grammatica philosophica da lingua portugueza; ou principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem*, de Barbosa (1822);
- (iii) *Compendio da ortografia da lingua nacional*, de Coruja (1848);
- (iv) *Principios de grammatica geral applicados á lingua portugueza*, de Pestana (1849);
- (v) *Compendio de grammatica da lingua portugueza*, de Rabelo (1872);
- (vi) *Grammatica portugueza*, de Ribeiro (1881);
- (vii) *Nova grammatica analytica da lingua portugueza*, de Grivet (1881).

Para a maioria dos autores oitocentistas, a concepção de *vírgula* ou *pontuação* apresenta uma base predominantemente centrada na sintaxe – aqui entendida enquanto dimensão que mobiliza o reconhecimento de relações estruturais entre orações e partes da oração ou do texto (discurso) –, priorizando a análise lógica das proposições, sem deixar de lado as dimensões semântica, enunciativa e fônica:

Quadro 4 – Considerações a respeito da vírgula nas obras do século XIX.

<b>Sousa (1804)</b>	[a função da vírgula é] indicar uma pausa a menor de todas, e uma divisão que altera pouco a unidade da expressão, e se deve usar somente onde se não faz mais que uma divisão de sentidos parciais sem alguma subdivisão subalterna. (p. 265)
<b>Barbosa (1822)</b>	A pontuação é a arte de na escritura distinguir com certas notas as diferentes partes, e membros da oração, e a subordinação de uns aos outros a fim de mostrar a quem lê as pausas menores e maiores, que deve fazer, e o tom e inflexão da voz, com que as deve pronunciar. (p. 85)
<b>Coruja (1848)</b>	[os sinais de pontuação] mostram a diversidade e nexos das orações; e por isso a Pontuação é chamada <i>Orthografia do Discurso</i> . (p. 43)
<b>Pestana (1849)</b>	A vírgula é a menor das pausas que separam as partes de um sentido. [...] Se uma proposição é composta no sujeito ou no attributo, cumpre separar cada uma dessas partes por uma vírgula. (p. 122)
<b>Rabelo (1872)</b>	A vírgula serve para separar as orações. Não se colloca vírgula entre uma oração integrante de grammatica e aquella que lhe serve de sujeito ou de complemento. (p. 157)
<b>Ribeiro (1881)</b>	Pontuação é a arte de dividir por meio de signaes gráficos as partes do discurso que não têm entre si ligação intima, e de mostrar do modo mais claro as relações que existem entre essas partes. (p. 273)

<b>Grivet (1881)</b>	Pontuação é a parte da grammatica que versa sobre os casos em que convem separar por signaes os pensamentos escriptos, e suas partes. (p. 533) [...] Separam-se igualmente pela vírgula os complementos indirectos que, complexos ou incomplexos, se deixam eliminar sem desvirtuar a oração. (p. 548)
<b>Dias (1894)</b>	De indicar simplesmente pauza servem, a virgula [...] Separam-se por vírgulas: os vocativos, os substantivos apostos, os elementos coordenados de uma oração (p. 146).

Fonte: Elaborado pelas autoras.

As doutrinas desses gramáticos mostram que, no século XIX, intensificam-se as reflexões sobre relações de complementariedade e subordinação. Sobre esse aspecto, constatou Yano (2013):

Será somente no século XIX que ocorrerá de fato uma mudança no sistema de pontuação, como se observa no português moderno. Nesse período, os gramáticos começaram a dar maior importância à estrutura das sentenças e às relações internas entre os elementos das sentenças [...] (YANO, 2013, p. 1).

Corroborando essa tendência, é na gramática de Barbosa (1822) que vai aparecer, pela primeira vez no *corpus*, uma associação explícita entre as noções de sintaxe e o funcionamento da pontuação – e, portanto, da vírgula: “Daqui se vê que ninguém poderá perceber bem, e executar as regras da pontuação sem ter algumas noções, ao menos superficiaes, das partes da oração e de sua Syntaxe e construção” (BARBOSA, 1822, p. 85). E mesmo nas obras publicadas no final do século a dominância da sintaxe para a pontuação permanece:

Pontuação é para a syntaxe o que a accentuação é para a lexeologia: a accentuação faz distinguir a significação das palavras isoladas; a pontuação discrimina o sentido dos membros, clausulas e sentenças do discurso. *Os accents são, pois, signaes lexeologicos; as notações da pontuação, signaes syntacticos.* (RIBEIRO, 1881, p. 274, grifo do autor).

Do Quadro 4, porém, o que nos chama a atenção, particularmente, é o fato de a tradição gramatical oitocentista poder ser organizada em dois momentos no que tange à concepção de *pontuação* ou *vírgula*: i) de Sousa (1804) a Pestana (1849), quando se faz menção à função pausal da pontuação; e ii) de Rabelo (1872) a Dias (1894), quando a função sintática da pontuação passa a ser dominante e até exclusiva.

Apesar de Dias (1894) afirmar que a função da vírgula é indicar pausa, como mostramos no excerto do Quadro 4, suas regras de uso apresentam critérios estritamente ancorados na dimensão sintática, pois o gramático aborda unidades da sintaxe, suas relações e sua ordenação para prescrever o uso desse sinal de pontuação. De acordo com Gonçalves (2003, p. 119), a associação da vírgula com a



pausa nesse período parece ter sido apenas uma tradição transmitida "de uns para os outros", visto que as regras de uso são, a partir da década de 1870, exclusivamente sintáticas. De todo modo, a análise das obras metalinguísticas sugere que a tradição gramatical portuguesa do século XIX revela-se como um contexto favorável para a emergência de funções cada vez mais gramaticais da vírgula, a qual passa a ser concebida como um importante auxiliar visual das relações sintáticas, embora não perca o vínculo com as demais dimensões.

Diante do exposto, podemos supor que as regras e concepções de *pontuação* e *vírgula* tais quais conhecemos hoje são fruto, principalmente, das ideias linguísticas oitocentistas, pois grande parte dos trabalhos de cunho normativo que versam sobre os sinais de pontuação na escrita do português moderno também elegem a dimensão sintática para orientar as regras de uso de vírgula. Poderíamos citar, como exemplo, a definição de Cunha e Cintra (2011, p. 658), segundo os quais: "A vírgula marca uma pausa de pequena duração. Emprega-se não só para separar elementos de uma oração, mas também orações de um só período." Sem deixar de lado a relação com a prosódia, os autores lançam mão de conceitos advindos da sintaxe, como *elementos de uma oração*, *orações*, *período*, cuja compreensão é essencial para descodificar as regras prescritas por esses autores e, então, saber pontuar com a vírgula conforme a norma padrão.

## Considerações finais

Partindo do pressuposto de que o estudo do passado permite a compreensão do presente, este artigo teve como objetivo principal analisar o tratamento dispensado à *vírgula* em gramáticas e tratados de ortografia do século XVII ao XIX, com o objetivo de evidenciar que as diferentes definições apresentadas no discurso metalinguístico ao longo dos séculos sugerem uma convergência de funções – fato que, como procuramos argumentar, evidencia o processo gradual e heterogêneo de constituição do sistema de pontuação do português rumo a uma convencionalização e, como tais, contribuem para uma compreensão da complexidade dos usos contemporâneos de vírgula.

A partir da análise qualitativa do material, chegamos a uma sistematização importante no que tange à história da pontuação mais circunscrita à passagem do Português Clássico ao Português Moderno. Os resultados mostraram que (i) nas obras do século XVII, a função predominante da vírgula está atrelada às pausas para ‘descanso da fala’; (ii) nas obras produzidas no século XVIII, há um reconhecimento da função semântica da vírgula; e (iii) nas obras do século XIX, é possível observar uma mudança entre a primeira e a segunda metade do século. Na primeira, a função prosódica mostra-se presente, mas, diferentemente da tradição do século XVII, essa função não é mais de natureza fisiológica, isto é, não se relaciona com a necessidade de respiração; relaciona-se, ao

contrário, com a indicação das modulações da voz que devem ser feitas durante a leitura em voz alta, o que sugere uma preocupação mais explícita com o sentido dos enunciados. Na segunda metade do século, a função da pontuação passa a depender cada vez mais da estrutura dos enunciados e das relações sintático-semânticas existentes entre suas partes, sem perder, todavia, sua relação com as outras dimensões da linguagem. Dessa forma, a análise longitudinal sobre o funcionamento da vírgula, feita neste trabalho, indica que houve um acúmulo de funções no decorrer do tempo, corroborando, assim, a configuração multidimensional do sistema de pontuação moderno.

## Referências bibliográficas

- ARGOTE, J. C. de. **Regras da língua portuguesa, espelho da língua latina**. Lisboa: Oficina da Musica, 1725. Disponível em: <http://purl.pt/10>.
- BARBOSA, J. S. **Grammatica philosophica da lingua portugueza; ou principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem**. Lisboa: Tipografia da Academia das Sciencias, 1822. Disponível em: <http://purl.pt/128>.
- BARRETO, J. F. **Ortografia da língua portuguesa**. Lisboa: Oficina de João da Costa, 1671. Disponível em: <http://purl.pt/18>.
- BORGES NETO, J. **História da Gramática**. Curitiba: [s.n.], 2018.
- CAGLIARI, L. C. Marcadores prosódicos na escrita. **Estudos linguísticos**, XVIII Anais de Seminários do GEL, Lorena, p. 195–203, 1989.
- CARMELO, L. de M. **Compendio de orthografia, com sufficientes catalogos, e novas regras**. Lisboa: Oficina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1767. Disponível em: <http://purl.pt/9>.
- CHACON, L. **Ritmo da escrita: uma organização do heterogêneo da linguagem**. São Paulo: Martins Fonte, 1998.
- CORUJA, A. A. P. **Compendio da ortografia da lingua nacional**. Rio de Janeiro: Tipographia Franceza, 1848. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/2678>.
- DAHLET, V. Pontuação, língua, discurso. **Estudos Linguísticos**, Anais de Seminários do Gel, XXIV. São Paulo: USP, p. 337–340, 1995.
- DAHLET, V. **As (man)obras da pontuação: usos e significações**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.
- DESBORDES, F. **Concepções sobre a escrita na Roma antiga**. Trad. F. M. L. Moretto e G. M. Machado. São Paulo: Ática, 1995.
- DIAS, A. E. da S. **Grammatica portugueza elementar**. Obra aprovada pela junta consultiva de instrução publica, 9ª edição revista. Lisboa: Livraria Escolar, 1894. Disponível em: <http://purl.pt/29127>.
- FARACO, C. A. **Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas**.<sup>1ª</sup> Ed., 4ª reimpr.: Fevereiro/2014 –São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- FÁVERO, L. L. **As concepções linguísticas no século XVIII - A gramática portuguesa**. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1996.
- FEIJÓ, J. de M. M. **Orthographia, ou arte de escrever; e pronunciar com acerto a língua portugueza**. Lisboa: Na Oficina de Miguel Rodrigues, 1734. Disponível em: <http://purl.pt/13>.

- GONÇALVES, M. F. **Madureira Feijó, ortografista do século XVIII: para uma história da ortografia portuguesa**. Lisboa: Ministério da Educação, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.
- GONÇALVES, M. F. Notas sobre a pontuação e a gramática no século XIX. In: HEAD, B. F. et alii (Org.). **História da Língua e História da Gramática: Actas do Encontro**. Braga: Universidade do Minho/ILCH. p. 113-130, 2003.
- GONÇALVES, M. F. A “arte de pontuar” no século XVI e os Tratados de Fernão Cardim. **Estudos Linguísticos**, Araraquara: v. XXXVI, n. 2, p. 3-21, mai-ago, 2007.
- GRIVET, A. **Nova grammatica analytica da lingua portugueza**. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, ouvidor 31, 1881.
- MACHADO FILHO, A. V. L. (Org.). **O português quinhentista: estudos linguísticos**, 1ed. Salvador: Edufba/UEFS, v. 01, 2002. p. 351-366.
- MACHADO FILHO, A. V. L. **A pontuação em manuscritos medievais portugueses**. Salvador: EDUFBA, 2004.
- MOURA, T. M. T. de. **A tradição gramatical portuguesa: Jerónimo Contador de Argote no contexto cultural iluminista**. Dissertação de Mestrado em ensino da língua e literatura portuguesas. Vila Real. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2002.
- PACHECO, V. **Investigação fonético-acústico-perceptual dos sinais de pontuação enquanto marcadores prosódicos**. Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- PARKES, M. B. **Pause and effect - an introduction to the history of punctuation in the West**. Aldershot: Scolar Press, 1992.
- PESTANA, D. F. **Principios de grammatica geral applicados á lingua portugueza**. Goa: Imprensa Nacional, 1849. Disponível em: <http://purl.pt/438>.
- PEREIRA, B. **Regras Geraes breves, e comprehensivas da melhor ortografia, com que se podem evitar erros no escrever da lingua Latina, e portugueza**. Lisboa: Domingos Carneiro, 1666. Disponível em: <http://purl.pt/29112>.
- RABELO, L. J. da S. **Compendio de grammatica da lingua portuguesa**. Rio de Janeiro: Tipografia Esperança, 1872. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4393>.
- RIBEIRO, J. **Grammatica portugueza**. São Paulo: Typ. de Jorge Seckler, 1881. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/2097>.
- ROCHA, I. L. V. O sistema de pontuação na escrita ocidental: uma retrospectiva. **DELTA** v.13, 1997.

- RODRIGUES, A. A. Usos de vírgula em esquema duplo: sobre estruturas linguísticas envolvidas e sua manifestação discursiva em textos escolares. *Revista Mosaico*. São José do Rio Preto, v. 16, n. 1, p. 473-495, 2017.
- ROSA, M. C. **Sintaxe e pontuação em impressos portugueses renascentistas**. Rio de Janeiro. Tese de doutorado: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994.
- ROSA, M. C. Onde foram parar as pausas? Sobre leitura e pontuação. In: MOLLICA, Maria Cecília. (Org.). **#Linguísticadeprotestos: novos caminhos de pesquisa**, 1ed. Rio de Janeiro: 7Letras, v. 1, p. 9-33, 2016.
- SONCIN, G. **Língua, discurso e prosódia: investigar o uso da vírgula é restrito? Vírgula!**. São José do Rio Preto. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2014.
- SONCIN, G.; TENANI, L. E. O emprego de vírgulas: evidências de relações entre enunciados falados e escritos. In: MARÇALO, M. J.; LIMA-HERNANDES; M.C., ESTEVES E; FONSECA, M. do C.; GONÇALVES, O.; VILELA, A. L.; SILVA, A. A. (Eds.). **Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas**. Évora: Universidade de Évora, 2011. p. 44-65.
- SONCIN, G.; TENANI, L. Relações entre emprego de vírgula e prosódia do Português Brasileiro: aspectos teórico-analíticos e implicações didáticas. *Revista de Filologia e Linguística Portuguesa*, n.18, p. 305-326, 2015.
- SOUSA, M. D. de. **Grammatica Portugueza**. Coimbra: Na Real Imprensa da Universidade, 1804. Disponível em: <http://purl.pt/17363>.
- SOUTO-MAIOR, F. F. C. **Orthographia Portugueza ou regras para escrever certo, ordenadas para uso de quem se quizer aplicar**. Lisboa, por Francisco Luís Ameno, 1783.
- VERA, A. F de. **Orthographia ou modo para escrever certo na lingua portugueza**. Lisboa: Mathias Rodrigues, 1631. Disponível em: <http://purl.pt/12>.
- YANO, C. O emprego de vírgula como um recurso discursivo na escrita do português clássico. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, SP, v. 58, n. 2, p. 221-235, set. 2016.
- YANO, C. T. **Um estudo sobre o emprego de vírgula antes de oração completiva no português europeu clássico: sintaxe, discurso e gramática normativa**. (Dissertação de Mestrado) Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2013.
- YANO, C. T. **A história do emprego de vírgula do português clássico ao português europeu moderno**. Campinas. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2018.